



DIREITO A SAÚDE: A NECESSIDADE DA JUDICIALIZAÇÃO PARA GARANTIR O ACESSO A MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO TRATAMENTO DO CA DE MAMA

Autor(res)

Pollyanna Cristina Martins De Zalazar
Eunice Basílio Marques

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A crescente judicialização da saúde em Pernambuco revela-se como uma via predominante o acesso aos Medicamentos de alto custo Antineoplásicos para o Tratamento do CA de Mama (MATCAM). Observou-se um aumento significativo no número de ações judiciais por medicamentos que não são fornecidos pelo sistema público de saúde. Esses resultados evidenciam falhas na assistência oncológica e na coordenação entre Poder Judiciário e Executivo. (BRITO, 2020) Simultaneamente, a análise nacional revela uma demanda crescente por assistência judicial na garantia de acesso a tratamentos, destacando a responsabilidade civil do Estado e o papel crucial dos defensores na defesa dos direitos dos pacientes. A disponibilização do trastuzumabe pelo Ministério da Saúde em São Paulo representa um avanço. Faz se necessário políticas públicas eficazes e parcerias estratégicas para garantir o acesso equitativo a tratamentos de alta qualidade para todos os pacientes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Objetivo

; Apresentar a judicialização do direito à saúde como o acesso a medicação de alto custo para o tratamento do CA de mama. Muitos são os desafios legais e éticos enfrentados pelas autoridades de saúde, pacientes e profissionais jurídicos. Buscaremos por soluções que garantam o acesso a um tratamento eficaz, respeitando os princípios da justiça social e da sustentabilidade do sistema de saúde.

Material e Métodos

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre judicialização em saúde. Demonstra a necessidade da judicialização para garantir acesso a medicação de alto custo no tratamento do ca de mama. A metodologia utilizada foi a descritivo-analítico-reflexiva. Os descritores foram: judicialização da saúde, câncer de mama e medicação de alto custo. Tomou-se como questão geradora da busca: como se apresenta a produção científica sobre judicialização na saúde no Brasil nos casos de ca de mama com tratamento de medicação de alto custo? Utilizou se como critérios de inclusão estudos realizados no Brasil de 2020 a 2024, em português, que tratam da judicialização de medicamentos para tratamento do ca de mama e como critérios de exclusão publicações referentes a artigos de opinião e estudos realizados fora do período para a busca.



Resultados e Discussão

Este estudo revela a crescente judicialização da saúde em Pernambuco para se ter acesso a medicamentos antineoplásicos. Muitos medicamentos essenciais não são fornecidos pelo sistema público. Apontam-se falhas na assistência oncológica e falta de coordenação entre Poder Judiciário e Executivo na garantia de tratamentos essenciais para pacientes com CA de mama. (BRITO, 2020) A judicialização da saúde aumenta, refletindo a luta dos pacientes por tratamento. Defensores desempenham papel vital na busca por acesso equitativo aos serviços de saúde, revelando a importância do direito à saúde como questão de justiça social. (GUIMARÃES, 2021) O acesso ao trastuzumabe é importante para pacientes com ca de mama HER2 positivo. Após disponibilização pelo Ministério da Saúde de SP reduziu-se a busca judicial. Discutem-se os impactos da exclusividade farmacêutica e a importância de políticas públicas para garantir tratamentos equitativos. (CASTRO, 2020)

Conclusão

A judicialização crescente da saúde reflete desafios no acesso a tratamentos essenciais, como medicamentos oncológicos. Falhas na coordenação entre instituições e a dependência da via judicial evidenciam lacunas na assistência. A disponibilização pública de medicamentos como o trastuzumabe marca avanços, porém, a exclusividade farmacêutica ainda é uma barreira. A busca por políticas públicas eficazes e parcerias estratégicas é vital para garantir equidade no acesso aos tratamentos contra o câncer, promovendo justiça social e dignidade

Referências

BRITO, Simone Amorim. Judicialização por medicamentos antineoplásicos para o tratamento de câncer de mama no estado de Pernambuco. 2020. 93 p: Dissertação. (Mestrado Profissional em Saúde Pública) -Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2020.

GUIMARÃES, Bianca Augusto. DIREITO À SAÚDE: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA NA LUTA CONTRA O CâNCER. PUC GOIÁS, Goiânia, 2021.

CASTRO, Aila Mabla Azarias. O impacto de políticas públicas no acesso ao trastuzumabe para o tratamento de pacientes com câncer de mama em um Hospital Universitário. Ueta, Julieta Mieke (Catálogo USP), Ribeirão Preto, 2020.

FREITAS, Daniel Castanha. Direito Fundamental à Saúde e Medicamentos de Alto Custo. Belo Horizonte, Editora Fórum Ltda, 1 ed. 2018

AFONSO, Igor Vinícios de Lima, A Judicialização da Saúde e o Fornecimento Público de medicamento pelo SUS, Uberlândia, Editora THOTH, 1 ed. 2022



Anhanguera